



Educação e Pesquisa

ISSN: 1517-9702

revedu@usp.br

Universidade de São Paulo

Brasil

Veiga Greive, Cynthia; Soares Gouvea, Maria Cristina
Comemorar a infância, celebrar qual criança? Festejos comemorativos nas primeiras décadas
republicanas
Educação e Pesquisa, vol. 26, núm. 1, junio, 2000, pp. 135-160
Universidade de São Paulo
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=29826110>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Comemorar a infância, celebrar qual criança? Festejos comemorativos nas primeiras décadas republicanas

Cynthia Greive Veiga
Maria Cristina Soares Gouveia
Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo

O artigo discute aspectos dos múltiplos processos de formação da identidade do brasileiro a partir do estudo da institucionalização das comemorações da criança em Belo Horizonte.

Partindo da constatação de que entre o fim do século XIX e o início do XX diferentes saberes dos campos antropológico, médico, jurídico, pedagógico e psicológicos são estabelecidos como intuito de produzir essa identidade, o trabalho focaliza três eventos relativos à cidade: o dia da criança relativo à data nacional de 12 de outubro, instituída em 1924 e fortemente identificada como uma festa escolar; as festas de Natal para as crianças pobres, nas quais a filantropia mobilizou diferentes setores da sociedade; e os concursos de robustez e beleza infantil, iniciados em Belo Horizonte a partir de 1935, com a intenção de comemorar a infância associada aos ideais eugênicos.

Argumenta-se que tais eventos contribuíram para a legitimação e propagação dos saberes científicos que elegeram a criança como objeto central de estudo e intervenção. Mais do que celebrar a infância, buscou-se comemorar as ciências, com o objetivo de perseguir o ideal de uma nação civilizada e unida, em boa medida marcada por profundas clivagens sócio-raciais, e projetar a criança como utopia de um mundo adulto a ser estabelecido. O trabalho mostra conclusões que, hoje, traços de reatificação desses eventos ainda se mantêm, revelando a permanência de um ideal racial europeizado que marca pela exclusão a vivência de parte das crianças brasileiras.

Palavras-chave

Infância – História – Comemoração.

Correspondência para:
Cynthia Greive Veiga
Rua Lunardi, 248
30770-030 Belo Horizonte – MG
e-mail: greive@fae.ufmg.br

Commemorate the childhood, what child to celebrate? Commemorative feasts in the first republican decades in Brazil

Cynthia Greive Veiga
Maria Cristina Soares Gouvêa
Universidade Federal de Minas Gerais

Abstract

The article discusses aspects of the various processes of formation of the identity of the Brazilian people, starting from the study of the institutionalization of the commemorations of childhood in Belo Horizonte.

Starting from the fact that between the end of the 19th century and the beginning of the 20th century several statements originated in the anthropological, medical, juridical, pedagogic and psychological fields are established with the intention of producing that identity, the work focuses on three events performed in the city: the national day of the child celebrated on the 12th October, instituted in 1924 and strongly identified as a school party; the Christmas parties for the poor children, where the philanthropy mobilized different sectors of the society; and the child robustness and beauty contests, initiated in Belo Horizonte in 1935 with the purpose of celebrating the childhood associated to the eugenic ideals.

The study argues that such events contributed to legitimize and propagate a scientific knowledge that chose the child as its central object of study and intervention. More than to celebrate the childhood, it was the sciences that were commemorated with the objective of pursuing the ideal of a civilized and united nation, although marked by deep socio-racial cleavages, and to project the child as the utopia of an adult world to be established.

The work concludes by showing that nowadays events reminiscent of those celebrations still take place, revealing the permanence of a Europeanized racial ideal that mars with exclusion the existence of part of the Brazilian children.

Keywords

Childhood – History – Commemorations.

Correspondence:
Cynthia Greive Veiga
Rua Lunardi, 248
30770-030 Belo Horizonte – MG
e-mail: greive@fae.ufmg.br

(...) A tarefa é imensa e urgente, o tempo da vida é breve, os acontecimentos precipitam-se, – é necessário que nos corpos de dez anos já se tempe rem al mas de vin te, e que na ino cên cia dos me ni nos, já se afir me a ener gia do ci da dão.

Re vis ta do Ensi no, 1927

Intitulado *Palavras aos meninos brasileiros*, o po e ma de Ola vo Bi lac, pu bli ca do no nú me ro III da Re vis ta do Ensi no de Mi nas Ge ra is, em 1927 (p.542), fazia um apelo para que os meninos brasileiros tomassem consciência de sua função so cial como cri an ças, pois, se gun do ele, o momento era de “crise perigosa da for ma ção do Brasil”. Bilac, como outros autores, era um dos defensores da produção do senti men to na ci o nal para a qual con cor ria a ne cessi da de da edu ca ção, pré-requisitos da exis tên cia do povo e da civilização (Oliveira, 1990).

Ora, a pes ar dos anos 20 se rem re co nhe ci dos como a dé ca da em que di fe ren tes au to res se pre o cu pa ram em pen sar a na ção, o tema da formação da sociedade brasileira, enquanto problema, já se fazia sentir desde meados do sé cu lo XIX. Entre o sé cu lo XIX e in ício do sé cu lo XX, diferentes saberes se estabeleceram para produzir a identidade do brasileiro, oriundos dos campos antropológico, médico, jurídico, pedagógico e psicológico. Neste esforço de com pre en de ra na ção, des ta cou-se a im por tância da in fân cia como com po nen te do ide al de na ção civilizada, ao mesmo tempo em que, a partir dos diferentes campos científicos, bus cou-se cons ti tu ir tam bém uma iden ti da de para a crian ças brasileira.

Este ar ti go pre ten de tra tar dos pro ces sos múl ti plos de for ma ção des ta iden ti da de a partir de ati vi da des que en vol ve ram a co me mo ra ção da in fân cia bra si le ira, parti cu lar men te em Belo Horizonte. Nos des do bra men tos dos eventos comemorativos, estabeleceram-se lugares bem de mar ca dos, onde in fân cia e crian ças pos su íram entre si re la ções di ver si fi ca das (Pilotti, 1995, p.25). O ter mo in fân cia, to ma do como uma ca te go ria que di fe ren cia uma eta pa da vida de

ou tras, as su miu tam bém, nos dis cur sos ci en tí fi cos, uma ên fa se de tra ta men to di ver so do res tan te da po pu la ção, cons ti tu in do-se como com po nen te da di nâ mi ca so cial. Os termos assistência, proteção e cuidado da infância, tão comuns na época, construíram para esta geração uma centralidade segundo a qual dela de pen de ria o fu tu ro da ra ça e da na ção bra si le i ra. Já em re la ção à cri an ça, o en fo que este ve na con for ma ção de seu de sen vol vi men to fi si co-men tal ú ni co, ad qui rin do uma mul ti pli ci da de de iden ti da des - *crian ça po bre, crian ça ro bus ta, crian ça re tar da da, me nor aban donado*. A esses adjetivos que categorizavam o tipo de criança, associaram-se também diferentes condições de in fân cia, con di ções essas que a ci ên cia pre ten de u nor ma ti zar e, por isso, co me mo rar.

Nos festejos da criança em Belo Horizonte, destacamos movimentos distintos, os quais nos propomos a analisar. Um primeiro refere-se à comemoração do dia da criança, instituída nacionalmente em 12 de outubro de 1924 e que este ve ba si ca men te re la ci o na da à escola, sendo dirigida principalmente aos(as) escolares. Ou tro diz res pe i to à co me mo ra ção da criança pobre, particularmente nas fes tas de Na tal, ce le bra das na ci da de des de a dé ca da de 10, na qual a fi lan trop ia es te ve for te men te pre sen te, mobilizando diferentes setores da sociedade. O terceiro movimento relacionou-se aos concursos de robustez in fan til, in ícia dos em Belo Ho ri zon te a par tir de 1935, sendo este um certame que envolvia toda a cidade, na intenção de comemorar a infância eugênica.

Comemorar o quê e para quê?

A pa la vra co me mo rar, do la tim *com me mo rare*, se gun do o Au ré li o, é *tra zer à me mó ria, fa zer re co r dar, lem brar*. Nos anos in ícia is da re pú bli ca, a se li tes in te lec tu a is cha ma vam a aten ção para a ne cessi da de do cul ti vo da me mó ria na ci o nal pelos es co la res e pela

população. Autores como José Veríssimo (1985) [1890] diziam até mesmo que o desconhecimento do passado e a ausência de sua rememoração eram ameaças à unidade nacional. O tema esteve presente entre os anos 20 e 25 em outros autores como Coelho Neto, Rocha Pombo e Olavo Bilac (Bittencourt, 1990), sendo possível perceber que a temática da memória nacional implicava um conjunto de rituais que deveriam estar presentes nas festas: a saudação à bandeira, o cantos dos hinos, a inauguração de monumentos e estátuas de heróis, leitura de contos e poesias pátrias etc. Esses artifícios colocaram-se como fundamentais para a celebração da nação, das instituições, da escola e da criança.

Le Goff (1990) observa que a produção da memória coletiva foi essencial na luta das forças sociais pelo poder, sendo que os membros das elites dominantes se tornaram os senhores da memória e do esquecimento, através de manipulações, escolhas e da produção de certo modo de tempo histórico. O tempo republicano brasileiro, ainda por ser consolidado, precisaria constituir uma mentalidade cívica, pois a população, para viver a república e legitimá-la, deveria compreendê-la. Destaca-se que, nesta “nova” era, instaurou-se, nos diferentes discursos, a idéia de que no vas vir tu des precisariam adentrar-se pelos sentidos; nas festas, a república surge como espetáculo formador da população, simulacro de novos protagonistas da história.

Na perspectiva da invenção de um novo tempo, a regeneração da população foi indicada como urgente e, entre o passado e o presente, velhos e novos hábitos, esteve um vazio aflitivo: o novo cidadão precisaria ser pensamente trabalhado, “na sua transição do nada à existência” (Ozouf, 1989). No caso da criança, geração nascente, não haveria nada a conservar, tratava-se mesmo de um renascimento físico e mental para compor uma nova raça. Mais que sua formação, colocou-se como imperativo a sua criação, sua invenção. Entretanto, as

elites desta caram que isso não era suficiente, era preciso também inventar a família, a mãe, a professora, enfim, as mulheres, além, evidentemente, de novas escanções para o tempo público – a festa da criança era uma delas.

Portanto, as comemorações da infância se instituíram como festas cívicas, celebrando o primeiro cidadão. Nesse contexto instituíram-se os discursos legitimadores e propagadores das idéias que viriam a subsidiar a política social sobre a infância. Maria L. de Moura, em artigo de 1914 intitulado *Estamos no século da criança*, dizia, “com entusiasmo de moça e coração de mulher”, que

de algum tempo a esta parte, to dos os países cultos, to dos aqueles que vêm na criança o futuro das suas instituições, to dos aqueles que estudamos fenômenos biológicos e sociológicos e que têm observado a geração provada de toda a espécie; todos aqueles que se preocupam com o progresso inevitável, porém lento ou progressivo e enorme, segundo o povo e as instituições; todos convergem os seus esforços para um fim comum, cada qual como lhe parece, mas todos olhando para este progresso por um prisma único – a educação da infância.¹

Desfazer-se do passado e inventar, através de ações destinadas ao cultivo da infância no presente, o cidadão do futuro, educação física, intelectual e moralmente, sem vícios e nem superstições passadas – para isso a criança foi monumentalizada.

Segundo Le Goff (1990), o monumento se caracteriza por uma relação de “perpetuação das sociedades, é um legado à memória coletiva e um esforço para impor ao futuro de terminada imagem de si próprias”. As elites governamentais e intelectuais ensinam, na comemoração da criança, a aproximação com

1. *Jornal Imprensa de Minas*, 02/12/1914.

a civilidade dos “países cultos”, buscando construir a representação de uma nação viável, com possibilidade de progressos, mesmo que de forma lenta, dado ao que se chamou de “especificidade da população brasileira”.

Estas particularidades, sabemos, estiveram no inômodo da profusão de raças (e de las assimiladas) e nas questões relativas a hábitos e valores. Diferentes ciências concorreram para se fazer despassar as suas ações envolveram as crianças e suas famílias. Observamos que, neste aspecto, a população brasileira foi representada pela falta, ou seja, pela ausência de atributos positivos, em geral relacionados à longa duração das experiências da escravidão. Lício Car do so (1926, p.286), entre vários outros autores, foi exemplar na divulgação dessa linha de reflexão.

A família brasileira, eivada de assimposse de feitos consuetudinários, não pode, pois, senão muito excepcionalmente, proporcionar uma conveniente educação inicial à criança durante a pequena e média infância.

Na firme intenção de sanar o povo, entenden do as famílias e as crianças, já desde o século XIX disseminaram-se estudos antropológicos no propósito de investigar a composição racial da população (Corrêa, 1988). Além disso, divulgaram-se as práticas higienistas, com estratégias de amplo alcance, no objetivo de criar hábitos relativos ao cuidado com o corpo e sanitização dos espaços (cidades, escolas, moradias etc.). Diferentes instituições e serviços de inspeção sanitária foram criados, além de campanhas de vacinação e combate a doenças, destacando-se ainda a organização de vários Congressos de Medicina, a elaboração de regulamentos sanitários e modelos de fichas com diversificados dados das pessoas, bem como os serviços de inspeção sanitária escolar subordinados à Diretoria Geral de Higiene e Assistência Pública de cada Estado.

Em relação à infância, mais especificamente, foi criado, em 1899, no Rio de Janeiro, por Mancorvo Filho, o Instituto de Proteção e Assistência à Infância. Em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais desde 1897, o mesmo instituto foi criado em 1910 e reconhecido como de utilidade pública em 1919.

Vários eventos aconteceram no intuito de estabelecer parâmetros de ação interventoras do meio e da hereditariedade da criança, como o 1º Congresso Pan-Americano da Criança, 1916, realizado em Buenos Aires, sendo Mancorvo Filho um dos articuladores-chave, e o 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, em 1922, de senca de uma série de estratégias jurídicas.

A combinação entre higienismo e eugenia, ações interventoras da medicina, esteve também associada ao campo jurídico. Em janeiro de 1916 foi promulgado o Código Civil Brasileiro (Lei 3.017), depois de uma longa tramitação que se arrastava desde o império.² Na parte geral, livro I, capítulo I, por exemplo, estabeleceram-se como “absolutamente incapazes” de exercer atos de vida civil: menores de 16 anos, “loucos de todo gênero” e surdo-mudos; e como “relativamente incapazes”: os indivíduos entre 16 e 21 anos, as mulheres casadas, os pródigos e “selvícolas”.

Na parte especial, *Do direito de família*, proibiu-se o casamento entre parentes; o marido é oficializado como chefe da sociedade conjugal, tendo até mesmo o direito de autorizar a procriação da mulher (cap.II, artigo 233, IV), havendo também uma série de disposições relativas à proteção dos filhos. Neste item, observam-se estratégias de coação à mulher em caso de separação e anulação de casamento. No caso de desquite judicial, os filhos menores ficarão com o “conjuge inocente”; se ambos fossem culpados, a mulher ficaria com os filhos até 6 anos, sendo que,

2. Segundo Paulo de Lacerda (1926), a primeira tentativa de codificação do direito civil se deu em 1859 com Teixeira de Freitas.

após esta idade, os meninos passariam para a guarda do pai. Também em caso de novo casamento, a mulher perderia o pátrio poder sobre os filhos. Houve ainda toda uma regulamentação dos chamados “filhos ilegítimos, ilegítimos e adotados”, além da obrigação dos pais de tratar as crianças com zelo, dar-lhes educação, e ainda garantir-lhes transmissão de propriedade de bens.

Nota-se que o código civil oficializa e regula uma determinação da concepção de família, a monogâmica e nucleada, punindo as tuções que ultrapassam esse modelo, além de estabelecer a questão da incapacidade do exercício dos direitos civis. Ou trassituações de normatização social foram acontecendo, como em Belo Horizonte, a criação, em 1927, da Delegacia de Costumes e Jogos, para controle da prostituição e, em nível nacional, o Regulamento de Assistência e Proteção a Menores Abandonados (decreto 7.680, 03/06/1927). Nessa legislação, o objetivo era evitar que “menores de índole defeituosa” engrossassem “as fileiras dos delinquentes profissionais e dos perturbadores da paz e do progresso social”.³ O regulamento oficializa, ainda, a existência de uma outra infância, constituindo diversas identidades: “crianças abandonadas, pervertidas, delinquentes e anormais”. É importante lembrar que foi neste contexto que se deu a fundação da Sociedade Eugênica (1919), por Renato Kehl, e a Liga Brasileira de Higiene Mental em 1923, por Gustavo Riédel.

A pedagogia e a psicologia foram outros campos de saber que se organizaram neste contexto, com o objetivo central de estabelecer uma nova educação que possibilitasse a produção de um novo cidadão e o assentamento de uma nova raça, saudável e ativa. Na década de 20, disseminaram-se as campanhas e reformas sob a denominação de “movimento da escola nova”, também fundamentadas pelos campos da medicina higienista e da eugenia. Dessa forma, a criança tem sua identidade constituída a partir das relações entre idade, habilidades

sociais, cognitivas e físicas, levando-se em conta os desvios relativos aos modelos socialmente sancionados.⁴

Assim, mais do que comemorar a infância, buscou-se comemorar as crianças, tomadas como objetos psico-médico-biológicos, passíveis de serem medidas, testadas e denominadas normais ou anormais. No objetivo de perseguir o ideal de uma nacionalização, as representações de criança projetaram a concepção de infância, como utopia de um novo mundo adulto a ser estabelecido.

DIA DA CRIANÇA QUE ESTUDA

Meus queridos amiguinhos
Sabem vocês por que há festa
Hoje, em todas as escolas?
A razão, ou çam, é esta:
Hoje é dia da criança!
Como somos importantes!
Temos sim, toda a importância
Que nunca tivemos antes.
Viva pois o nosso dia!
Viva também a criança!
E viva a pátria querida!
Sozinhos da pátria esperança.

(Branco, 1927)

O dia da criança no Brasil foi oficializado através do decreto federal n. 4.867 (05/11/1924) para ser comemorado a cada 12 de outubro, havendo uma explícita associação com a comemoração da *descoberta* da América. Kuhlmann Jr. (1998, p.44) observa que a eleição deste dia ocorreu em 1922, no encerramento do 3º Congresso Americano da Criança, realizada juntamente com o 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância no Rio de Janeiro.

3. Para uma análise mais detalhada sobre a nomeada infância desvalida neste contexto, ver Veiga e Faria Filho, 1999.

4. Nota-se a problemática de se estabelecer esta relação, uma vez que não era ainda rotina na sociedade brasileira a existência de certidão de nascimento.

Segundo o autor,

a ênfase em uma data unificada e na *idéia de fraternidade americana*, para o Dia da Criança, associando *infância* com *sociedade moderna e Novo Mundo*, traz à tona a questão do pan-americanismo. (Griños do autor)

Entre outros aspectos, Kuhlmann Jr. chama a atenção para o fato de que, através de uma série de congressos científicos conjuntos, realizados desde 1882 entre os países latino-americanos, pretendeu-se apresentar às “nações civilizadas” a idéia de que, como elas, estes países não somente realizavam progressos científicos, mas também de fênix e se preocupavam com a criação da “raça americana do futuro”. Neste contexto, há que se destacar também a divulgação, no Brasil, da promulgação dos Direitos da Criança, conhecida como *Declaração de Genebra* (1923).

Observa-se que as comemorações do dia da criança estiveram associadas não somente à divulgação médica do trato da infância, mas também aos ideais de civismo e direito de proteção, bem como a sua inserção na escola. Espaço onde, dentro deste contexto, *naturalmente* toda criança deveria estar, portanto, é uma festa que também comemora a escola.

Em Belo Horizonte, pudemos observar formas diferenciadas de festejar o dia da criança. Na década de 20, a festa foi predominantemente escolar, sendo que, na década seguinte, a comemoração se fez de forma mais extensiva, ao ser estabelecida a Semana da Criança, pelo *Rotary Club*, com eventos mais ampliados, e também a Semana da Criança de Belo Horizonte, instituída pelo prefeito, mas a ser comemorada em julho, como veremos adiante.

Festas escolares comemorativas de datas cívicas já se faziam acontecer em Belo Horizonte, sendo que a primeira, no ano de 1905, foi por época da comemoração da república. Entre tanto, a festa da criança, como festa cívica escolar, possuiu uma notória peculiaridade,

uma vez que dava visibilidade à escola, instituição normatizadora e disciplinadora da infância. Os eventos tiveram uma ampla divulgação pelos jornais da cidade, demonstrando a necessidade de publicizar os acontecimentos, sem contar que se associavam a uma série de outras possibilidades de comemoração.

Em primeiro lugar, o dia da criança foi associado ao dia do descobrimento da América. No *Minas Gerais* de 13 de outubro de 1928, a relação é evidente.

Os sentimentos de entusiasmo de que somos possuídos pelo heróico feito de Colombo, associam-se à inocente alegria que invade os nossos corações, ao festejarmos o Dia da Criança. Festejar a infância é cultivar a pátria, pois é lembrar da educação e do futuro destas pequenas criaturas, cujas almas, em flor, prometem a esplendor da geração vindoura.

Em outros artigos houve comparações entre o que fora a América dos tempos de seu *descobrimento*, “o continente criança”, cheio de esperanças e promessas, com a imagem de uma infância na qual também se depositavam todas as esperanças do futuro.

Pelo discurso jornalístico, o dia da criança deveria inspirar a celebração de outros sujeitos, tais como a família e a professora, bem como os espaços, a própria pátria, o lar e a escola.

O dia de hoje, pois – dia da América e da criança – é o dia da escola; é o dia do lar, é sobretudo o dia dos patriotas, que tem muito a esperar da infância brasileira, em cujos corações zinhos palpita, viva e forte a imagem de Pátria.⁵

No ano de 1925, o *Minas Gerais* lembra que, tendo a festa da criança como

5. *Minas Gerais*, 12/10/1927.

teatro a escola, abençoada pelas professoras, era portanto evidente que “sendo o dia das crianças, o é também o dos que modesta e obscuramente se consagram na nobre missão de ensinar”.⁶

Nestes mesmos artigos há uma interessante observação quanto ao fato de a comemoração ser também a festa da família. Para o autor do artigo, poderia até mesmo ser comparada ao Natal, que, embora mais íntimo, também é um momento em que se irradia a esperança. Sendo comemorado em família, assemelhanças ficavam por conta da centralidade na criança, criança menino-Jesus e criança-filha de famílias responsáveis na sua tarefa de “talhar a geração vindoura”.

Observa-se nas festas uma performance da educação estético-cívica tão disseminada pelo movimento da escola nova, no clero inuitido de combinar o desperdício das sensibiliazes, através da educação dos sentidos, com o sentimento de solidariedade nacional (Veiga, 2000). Produzia-se para isso todo um ritual que ia da preparação à apresentação, tendo a festa, neste contexto pedagógico, um significado de educação integral e permanente. Estes momentos estiveram contidos numa perspectiva energética de mobilização em torno da necessidade de convencimento de que as pessoas, no caso, as crianças, eram atores do novo espetáculo – a república.

Analisando as atividades das festas para crianças realizadas nos grupos escolares e na escola infantil Del fim Moreira, observou-se que elas possuíam uma forma que não variava muito de escola para escola. Sua estrutura básica compunha-se da formatura dos alunos, marcha, canto do hino nacional, saudação de alguma professora ou autoridade, poesias, cantos, bailados (inclusive o minueto), demonstração de jogos e ginástica, canto do hino escolar, desfile de encerramento e distribuição de balas. Em 1929, registraram-se ainda: procissão, missa e primeira comunhão de 500 crianças do Grupo Escolar Francisco Sales.

Em uma das comemorações, chamou-nos a atenção o fato de, ao final da festa, terem sido distribuídos, pela caixa escolar, uniformes às crianças pobres que estudavam.⁷ Apesar de não sabermos se a doação foi feita em público, o fato de estar no títio da no jornal vem reforçar, mais uma vez, a necessidade de dar visibilidade à escola como espaço para todos e gerenciada pelos poderes públicos. Aliás, no *Minas Gerais* de 1927, dizia-se que a homenagem à criança visava despondê-las “as virtudes nos corações para durante a vida praticar a bondade”, estando esta intenção extensiva “até” aos mais humildes que “podem e devem praticar (a bondade), para se tornarem dignos da terra livre em que nasceram”.

Ou tro dos taques referiram-se às constantes notícias das festas em outros espaços escolares como o Instituto São Rafael, para cegos, e o Instituto João Pinheiro, para crianças pobres. Entre tanto, o mesmo não acontecia no Abrigo de Menores Afonso de Moraes, destinado ao recolhimento de menores abandonados e/ou órfãos e na Escola de Reforma Alfredo Pinto, para menores infratores (Veiga, 1994). Para estes meninos, como veremos, as comemorações se davam de outra forma e em outros momentos.

As notícias dos jornais dão-nos informações de que “ceguinho também comemora o dia da criança”, ou seja, cego também pode ser criança. As performances eram basicamente as mesmas dos grupos escolares, embora se ressaltasse a leitura em método *braille*.⁸ Quanto às festas no Instituto João Pinheiro, a estrutura era semelhante às outras escolas. Entre tanto, o dia da criança era relatado através das atividades executadas não por crianças, mas por “menores”. Acompanhando os discursos de autoridades, nota-se uma ênfase

6. *Minas Gerais*, 12 e 13/10/1925.

7. *Minas Gerais*, 12 e 13/10/1925.

8. *Minas Gerais*, 14/10/1927 e 13/10/1928.

essencialmente moral e o destaque de que os meninos deveriam agradecer à administração pública, dando reconhecimento à sua função paternal de guiar os seus destinos. Um destes discursos é assim encerrado pelo professor Oscar Tarabal:

Sêde as crianças dignas da homenagem que vos prestamos beneméritos representantes dos poderes públicos e recebeis nesta hora de júbilo as minhas congratulações e as de todo o pessoal desta escola.⁹

A partir de 1935, o *Rotary Club* instituiu a Semana da Criança¹⁰, também comemorada em outubro. Como dissemos, este evento, que não substituiu as festas escolares, teve um caráter mais abrangente, envolvendo outros setores da sociedade, assim como fortes tensões e eu gênicas. Na sessão de anúncio do evento, o então presidente do Rotary informou que as atividades da semana estavam sendo elaboradas em parceria com a Associação Esportiva de Belo Horizonte. É impressionante o número e o tipo de pessoas envolvidas na organização desta semana, entre elas o secretário da educação, médicos, juristas, diretores de grupos escolares e do Instituto João Pinheiro, jornalistas e o prefeito da cidade.

De acordo com programação divulgada nos jornais, as comemorações seriam realizadas através de conferências, com temas definidos para endereços diferenciados, contendo assuntos diversos, como o trabalho, a saúde e a pátria. Como exemplo, transcrevemos os temas das conferências de cada dia: “Dia da Amizade e da Solidariedade” (24/10), para crianças do Abrigo de Menores, da Escola de Regeneração Alfredo Pinto e Instituto Pestalozzi¹¹; “Dia do Trabalho” (25/10), visita das crianças das instituições acima a estabelecimentos industriais, oficinas etc.; “Dia da Agricultura” (26/10), para o Instituto João Pinheiro¹²; “Dia de Belo Horizonte” (27/10), exposição da máquina “Mariquinhas”, utilizada na construção da cidade, a

servista por toda a população; “Dia da Saúde” (28/10), conferência para os alunos dos grupos escolares; “Dia da Tradição e da Pátria” (29/10), excursão dos alunos dos grupos escolares à cidade histórica de Sabará; “Dia da Paz” (30/10), tema a ser abordado em todos os estabelecimentos de ensino.

Os temas e os sujeitos ouvintes, assim estabelecidos, definem claramente uma múltipla identidade na representação da criança brasileira, havendo uma diferenciação nítida de suas funções na sociedade: enquanto algumas foram visitar fábricas, outras foram passear em Sabará, para o culto à tradição.

Ainda a título de exemplo: destacaram-se para a Semana da Criança de 1938¹³, recomendações não do Rotary, mas do Departamento Nacional de Saúde e Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância. O objetivo das comemorações deste ano era despertar a atenção para o amparo à infância, com palestras proferidas por médicos (obstetras e pediatras) e educadores, e cujos temas eram dirigidos não às crianças, mas às mães de família e mulheres em geral: pré-natal, alimentação da gestante, amamentação natural, higiene do lar, entre outros.

Na tematização da comemoração do dia da criança que estuda ou que está inserida em algum espaço de escolarização, observamos uma nítida institucionalização da infância e das famílias. O Estado, amparado pelos saberes científicos e através das elites intelectuais e políticas, advoga para si o poder pedagógico sobre a educação/formação da população, tornando o sujeito social meros coadjuvantes deste processo.

9. Minas Gerais, 12 e 13/10/1925.

10. Minas Gerais, 11/10/1935.

11. Criado em 1934, com objetivo, entre outros, de atender crianças ditas anormais.

12. Destaca-se que este Instituto, criado em 1909, teve como objetivo básico a educação agrícola.

13. Minas Gerais, 08/10/1938.

A *pedagogização* da infância e das famílias, presente nos ritos de comemoração da criança e em outras manifestações relacionadas aos processos de socialização, contribuiu para a constituição de paradigmas de atitudes que marcaram a sociedade brasileira desta época. A produção de uma identidade marcada pelo ideal de criança civilizada com hábitos e valores homogeneizados, revelou para muitas crianças a sensação de fracasso social e cultural, por não pertencerem ao conjunto das crianças para o qual se comemorava o dia.

A comemoração do dia da criança pobre

De acordo com Geremek (s.d.)¹⁴, os sentimentos inspirados pela pobreza dos indivíduos variaram ao longo da história entre repulsa e compaixão, interferindo também nos tipos de atitudes das elites em relação aos pobres, bem como as suas justificativas – religiosas, econômicas, jurídicas, sociais e biológicas. Este autor analisa ainda, em seu trabalho, a existência de dois movimentos bem definidos: as políticas repressivas à pobreza a partir do século XVI, com críticas aos molas e caridades cristãs, tão predominantes nos períodos anteriores; e o desenvolvimento das políticas de filantropia, políticas de assistência e posteriormente de segurança social, no contexto da industrialização e do crescimento da miséria no meio proletário. Entre outros aspectos, podemos dizer que estes movimentos se relacionaram à redefinição do caráter de propriedade desenvolvida nas sociedades ocidentais por aquela época, quando assume a condição moderna de bem adquirido por reservas acumuladas pelo trabalho e sustentada juridicamente (Veiga, 1994).

Karl Marx (1975), no século XIX, analisando a legislação contra expropriados na Inglaterra do século XVI, chama a atenção para o fato de que, nas “leis sanguinárias”, as populações pobres foram responsabilizadas pela sua condição de miséria. Esta concepção foi

desenvolvendo-se e consolidando-se a partir das próprias alterações materiais da sociedade e do desenvolvimento das ideias presentes no liberalismo, no iluminismo e no positivismo, implicando, evidentemente, o próprio entendimento da pobreza e de seu tratamento.¹⁵ Este disse respeito basicamente à delimitação entre indivíduos não proprietários, mas trabalhadores e honestos, e aqueles que se recusam ao trabalho, vadios e ociosos, indivíduos que acarretam ônus econômico. No século XIX, segundo Jones (1971), até por volta de 1870, a pobreza ainda não é propriamente um problema social, mas de caridade, estando associada a vícios e más influências e predominando a ideia de que o trabalho era fonte altamente regeneradora. Por outro lado, este autor destaca que, com o advento dos movimentos sociais, o sentimento de compaixão aos pobres é substituído pelo de medo e perigo; em suas palavras, os pobres passaram a ser uma “ameaça agourenta à civilização” (Jones, 1971, p.284).

Nesse sentido, houve alterações no tratamento da questão. Como problema social, a pobreza deixa de ser uma condição de desmoralização social para ser um problema de degeneração humana. Os vícios, as péssimas condições de moradia, a desorganização familiar, entre outros, foram objetos de debates, conceituados pela ciência não como sintomas econômicos, mas biológicos.

No Brasil, as formas de assistência aos pobres remontam ao século XVI¹⁶, no contexto das iniciativas portuguesas de criação das

14. Não há data da tradução portuguesa de *A Piedade e a Força, História da Miséria e da Caridade na Europa*, apenas do original (1986), da tradução italiana (1986), e da francesa (1987).

15. Vale destacar a própria reedição na Inglaterra da Lei dos Pobres de 1834, que mantém o princípio do auxílio aos sem trabalho, mas modifica drasticamente as condições em que é oferecido (Bresciani, 1992).

16. A respeito deste assunto destaca-se a publicação, na Revista de Ciências Históricas, de 1996, das atas do II Encontro Luso-Brasileiro de História, com o tema *Pobreza, marginalidade, marginalização social*, realizado na cidade do Porto em 1995.

irmandades das Misericórdias, instaladas em Portugal em fins do século XV, por D. João II. Dotadas de espírito de caridade cristã, desenvolveram-se em Minas Gerais, no século XVIII, nas regiões onde se concentrou a exploração aurífera. Entretanto, Boschi (1996) ressalta que, especificamente em Minas, as Misericórdias desenvolveram poucas ações de socorro aos pobres, e que estas esquivaram-se associadas às irmandades mineiras leigas. É dentro deste contexto que, em Minas Gerais, ser pobre passa a ser associado a outras categorizações como vadio, doente, ocioso, além de estar associado a questões de gênero (mulheres e prostitutas), raça (negros) e geração (crianças órfãs e enjeitadas da roda dos expostos).

Já a partir de meados do século XIX e acompanhando o movimento ocidental, foi se fazendo cada vez mais presente, entre as elites brasileiras, o problema da organização do trabalho. Em meio às propagandas políticas imigracionistas e à questão da escravidão, desenvolveram-se e reforçaram-se os estigmas da população pobre (vadia, indolente, avessa ao trabalho), ao lado do apelo à instrução enquanto elemento de civilidade e assimilação da moralidade necessária à inserção no mundo do trabalho. Também por essa época, disseminaram-se, como vimos, as concepções e práticas higienistas e, posteriormente, as eugenistas, configurando ações a serem desenvolvidas e implementadas pelo Estado, numa efetiva intervenção no cuidado da infância e da família.

No caso específico da criança pobre brasileira, podemos perceber diferentes olhares sobre ela. Pode ter sido a enjeitada da roda, a abandonada, a infratora, embora não necessariamente de origem pobre, mesmo porque não há dados empíricos referentes ao país como um todo, que nos levem a essa associação. Já em pesquisa sobre meninos recolhidos em instituições para “menores” em Minas Gerais (Veiga e Faria Filho, 2000), observamos uma predominância quase total de crianças pobres e, em média, dependendo da instituição, sem

famílias. Entretanto, todas estavam nas instituições pelo fato de suas famílias, quando as tinham, não possuírem condições de cuidar delas. Curiosamente, na legislação e no discurso científico, estas não são designadas como crianças pobres. Como vimos, possuíam outros adjetivos: “delinquentes”, “menores”, “abandonadas”.

Portanto, de quais crianças pobres estamos falando e em que momento a sua condição de infância desvalida é mais evidenciada e destacada? Em análise do Jornal *Minas Gerais*, dos anos 1914 a 1940¹⁷, detectamos esta criança como a proveniente da res humilde, que provavelmente não estudava, embora não possamos afirmar isto por falta de dados. Mas desta caímos que o momento de sua comemoração, o Natal, é marcado pela diferença das festas do dia da criança, pois o apelo é o do assistencialismo, em que a filantropia leiga e as instituições de caridade constroem a sua visibilidade e marcam seu lugar social na cidade de Belo Horizonte. Por outro lado, também são bastante diferenciadas das comemorações de Natal destinadas às crianças abastadas e filhas de trabalhadores qualificados, cujos eventos eram de outra natureza.

Dessa maneira, o que nos autoriza dizer do ato comemorativo da criança pobre por época do Natal, está na maneira diferenciada como é conduzida. Era um movimento da cidade e dos representantes da “mais nobre sociedade”, mas evidentemente não era destinado a crianças da “boa família”, como no caso dos concursos de robustez infantil em Belo Horizonte, a serem analisados. Por outro lado, não eram ações dirigidas aos escolares e cominiciativa do Estado (embora pudesse haver a sua participação), como no caso do dia da criança. O dia da criança pobre, o Natal, era o dia da mais alta significação para o

17. Todos os materiais citados para análise deste item são fontes do Jornal Minas Gerais, a imprensa oficial do Estado. Para as citações a seguir referiremos apenas a jornal ou artigo, evitando repetições.

assistencialismo, era também o dia-clímax de se celebrar a filantropia e as ações de caridade.

Sabemos pouco sobre a história da celebração do Natal no Brasil e da alteração de seus costumes. Anne Martin-Fugier (1991, p.216) observa uma mudança deste evento na Europa do século XIX, quando a comemoração é privatizada na família e lentamente dissocia-se do nascimento de Jesus para se tornar uma festa das crianças, “a família toma as festas cristãs para auto-celebrar-se”. Segundo sua análise, disseminaram-se neste século e, por vezes, foram introduzidos, dependendo da localidade, os pinheiros de Natal, as ceias com comidas especiais, os presentes e sapatinhos na lareira. Nas famílias cristãs, mantiveram-se os hábitos de assistir à missa do galo e a Igreja Católica viu com reservas o aparecimento do Papai Noel. De onde vinham os presentes? Na tradição alemã, vinham do céu, do menino Jesus; na nórdica, São Nicolau, festejado em 6 de dezembro, trazia presentes para as boas crianças, e pai Fouettard, varas para os desobedientes. De acordo com Martin-Fugier (1991), Papai Noel, de origem americana e criação comercial, chega à Europa na segunda metade do século XIX. Destacam-se ainda as associações importantes, como bom comportamento e presentes, além do consumismo, difundindo-se largamente presentes específicos para crianças, os brinquedos.

No Brasil também houve mudanças, tanto na perspectiva de ser uma festa de celebração do lar e centralidade na criança, embora não necessariamente comemorada em família, como nas formas de celebrar o dia. Em artigo do *Minas Gerais* de 1919, o autor lamenta as mudanças. Critica a “invasão nos nossos costumes da tradição européia do Papai Noel”, segundo ele, em plena primavera (sic), “a figura do velhinho cober to de neve deve produzir um certo sentimento de temor às nossas crianças”. Fala, ainda, da pouca frequência à missa do galo, quando os “clubs, bares e cafês” ficam mais cheios que a Igreja, e da diminuição do hábito de se fazer presépios nas famílias

modernas. Lembra, para isso, que “o presépio é um grande símbolo confor ta dor para os deserdados de fortuna e para os humildes que sofrem”.

Em meio a estas questões, registrou-se, por exemplo, em 24/12/1933, em uma festa de Natal realizada no *Automóvel Club*, reduto da elite belorizontina, o aparecimento do “Vovô Índio”, que em tra no re cin to ao som do Guarani, declama uma canção em tupi-guarani, distribui presentes e “desaparece misteriosamente...”. Após a ceia, houve músicas carnavalescas, animadas pelo conjunto American-Jazz. O crítico anterior, de 1919, provavelmente não imaginaria tanta profusão de mudanças nos estilos de se comemorar o Natal.

As festas de Natal para crianças pobres, de acordo com os registros, têm o seu início na cidade de Belo Horizonte a partir de 1913, conforme sugerido pelo jornal *A Capital*. Observam-se, nos jornais dos meses de dezembro, colunas específicas com esta titulação, descrevendo as atividades e os sujeitos nela envolvidos. Para análise deste tema desta caremos alguns pontos, como a disseminação da prática filantrópica, a necessidade de dar visibilidade a elas e a forte presença dos escoteiros na organização das festas, fundamentalmente na década de 30.

Geiremek (s.d.) observa que tanto o discurso filantrópico, presente desde o século XIX, quanto a doutrina cristã encararam o problema da pobreza como algo degradante da existência humana, e isso ensejou atitudes de piedade e caridade. No caso dos movimentos filantrópicos, uma das suas características esteve no fato de, embora “descober ta a pobreza”, o seu objeto não eram os motivos geradores da condição de vida das populações pobres, mas apenas o fato de esta rem em desvantagem com relação a outros grupos sociais, vivendo em circunstâncias piores dos que as reconhecidas socialmente. Ainda segundo o autor, a filantropia fundamenteou-se

nabeneficência in di ví du al e na idéia de que a ajuda aos pobres deveria vir da iniciativa dos particulares. É uma atividade que se pretende inspi ra da por mo ti va ções mais ele va das do que as que mo vem a as sis tên cia pú bli ca es ta tal, foi a “la i ci za ção do man da men to do amor ao pró-ximo”, ao mesmo tempo em que se buscou o estabelecimento de uma coexistência entre particulares e Esta do no con tro le da fe li ci da de so ci al, por isso atu an do como meio me ra men te paliativo.

Em Belo Ho ri zon te, as ini ci a ti vas dos fi lan tró pi cos no so cor ro à cri an ça po bre de sen ca de a ram as mais di fe ren tes a ções das sen ho ras e sen ho ri tas da so cie da de, do Es ta do, de em pres as par ti cu la res, dos es co te i ros, ao mes mo tempo em que pro vo ca vam uma a ção mais enér gi ca das ins ti tu i ções re li gi o sas.

Na bus ca de dar vi si bi li da de às a ções de be ne fi cên cia, to dos eram con cor ren tes, prin ci pal men te no es pe cial mo men to de Na tal. De a cor do com ma té ria do jo r nal, a data era, “em to do mun do ci vi li za do”, a co me mo ra ção do “dia su pre mo de i gu al da de, al tru ís mo e amor”.¹⁸ É mu i to in te res san te ob ser var es te mo vi men to na ci da de no qual, por ve zes, fa zi am-se co mis sões e as so ci a ções pa ra os fes te jos, ou ain da, an un ci a vam-se ati tu des in di ví duais, com o no me das pes soas, em ge ral de so bre no mes co nhe ci dos, o que fi ze ram e o que do a vam sem pre re gi strados nos jo r nals.

Des de a dé ca da de 10 até in í cio da de 30, ob ser va ram-se ati vi da des di fe ren ci a das co mo “ma ti nés in fan tis grá tis pa ra cri an ças po bres da ca pi tal”, ofe recidas pela Em pre sa Go mes No gue ira, nos di fe ren tes ci ne mas da ci da de; fes tas e dis tri bu i ção de ba las e brin que dos pro mo vi das pela As so ci a ção de Da mas de Assis tên cia à In fân cia, Lo ja Ma çô ni ca, Hos pi tal São Vi cen te de Pa ula e Or fa na to San to An tônio, num in te res san te es que ma de dis tri bu i ção de sen has, no qual aos por ta do res era ga ran ti do o di re i to à fes ta e às pre ndas. En tre tan to, re gi straram-se tam bém vá ri as ini ci a ti vas nos bai rros, a tra vés da Ig re ja e pa ró quias, ou a ções mais

in di vi du a li za das co mo a no ti ci a da no *Minas Gerais* de 24/12/1931:

Uma fes ta das cri an ças po bres da La go i nha As me ni nas Ma ria da Con ce i ção Sant’An na, fi lha do sr. Ana ni as Sant’An na, e Ma ria José Be lisá rio ti ve ram a be la ini ci a ti va de or ga ni zar uma gran de fes ta pa ra as fa mí li as po bres da La go i nha. Elas pró pri as con se qui ra mos do na ti vos ne cessá rios e dis tri bu i ção de car tões. Ama nhã, às 16 ho ras em fren te ao n. 622, da rua Ita pe ce ri ca, se rão dis tri bu í dos brin que dos e rou pas aos me ni nos po bres da que le bai ro.

A par tir de 1932, os es co te i ros rou ba ram a ce na dos ges tos mais in di ví du a li za dos, e fo ra mos or ga ni za do res do Na tal das cri an ças po bres:

(...) em be bi dos nos mais pu ros sen ti men tos de fi lan tro pia, num mo vi men to que de fi ne bem, pela sua fi na li da de, a be la for ma ção mo ral dos pe que nos sol da dos de Ba den Po well. Irão pre pa rar um Na tal fes ti vo pa ra as cri an ças po bres, que a for tu na lar gou à mar gem, com tem plan do, tris te men te ad mi ra dos, a ale gri a des pre o cu pa da dos me ni nos ri cos.¹⁹

Ocu pan do no jo r nal mu i tas pá gi nas em vá ri os dias, o mo vi men to foi no ti ci a do dan do in for mes so bre uma or ga ni za ção de tal ha da pa ra ar re ca da ção de do na ti vos no es ta be le ci men tos co mer ci a is da ci da de, e jun to às pes soas in di vi du al men te. Den tro dos li mi tes fi lan tró pi cos de so lu ções pa li a ti vas, a a ção foi an un ci a da co mo de al can ce hu ma ni tá rio, no ob je ti vo de “le var às cri an ças es que ci das da sor te o con for to mo ral e ma te ri al que lhes fal tou du ran te to do o ano”.

Vá ri os gru po se pa trul has de es co te i ros se as so ci a m, por ve zes con tan do com a ju da de sen ho ri nhas da so cie da de, mo bi li zan do to da

18. *Minas Gerais*, 25/12/1914.

19. *Minas Gerais*, 21/12/1932.

uma cidade e principalmente a imprensa. No dia 22/12/1932, registrou-se:

Foi pre g a da on tem, no qua dro da *ordem do dia* do *Centro de Escoteiros*, uma gravura recortada da *Noite Ilustrada*. Re pre sen ta ela uma cri an ça pobre, oran do e pe di do a Cristo um pre sen te de Natal. De ba ixo desta como ven te e suges ti va gravura, foi pos to um pa pel com os se guin tes di ze res: *Esco te i ros! É para o Na tal de cri an ças como esta, que va mos tra ba lhar o me lhor pos sí vel.* (Gri fos do au tor)

O escotismo é uma organização mundial masculina voluntária e extra-escolar fundada pelo militar inglês Ba den Po well (1857-1941), com obje ti vos de de sen vol ver ati vi da des de es pí ri to co mu ni tá ri o. No Bra sil, há pou cos es tu dos sobre as ati vi da des dos es co tei ros, mas sa be mos que o te ma es te ve pre sen te nos de ba tes a res pe i to da for ma ção pré-mi li tar do jo vem no Bra sil. José Sil vé ri o Ba í a Hor ta (1994) ob ser va que o es co ti smo era de fendi do prin ci pal men te pelos mi li ta res, como edu ca ção ex tra-es co lar en quan to sub sti tu i ção de uma edu ca ção pré-mi li tar, pois esta de ve ri a ser mo no pó li o do Ex é ci to. O es co ti smo, se gun do os in te gran tes das for ças ar ma das, pos si bi li ta ri a a for ma ção dos jo vens desde a in fân cia, pre pa ran do-os fí si ca e mo ral men te para o ci vi mo e o pa tri o ti smo. Em 1928, houve um de cre to de Washington Luiz que per mi ti a “à União dos Es co tei ros do Bra sil o uso de uni for mes, em ble mas, dis tin ti vos, in sí gnias e le mas que fos sem ado ta dos pelos seus re gu la men tos” (Hor ta, 1994, p.224). A mes ma le gi sla ção de ter mi na va que os go ver nos pro mo ves sem as ins tru ções es co tei ras nos colégios.

Em Minas Gerais, a ques tão do es co ti smo ap a re ceu nas dis cus sões de pre pa ra ção da re for ma es co lar de 1927, den tro do mo vi men to da Es co la Nova (Re vi sta do En si no, ano III, ago/set 1927, n.29). No con jun to de teses do tí tu lo *Higiene e Edu ca ção Fí si ca*, o es co tei ris mo é ap re sen ta do como um meio de edu ca ção

fí si ca, mo ral e cí vi ca, de car ac te rís ti ca ex tra-es co lar e não ob ri ga tó ri a. Os es co tei ros da ci da de ap a re cem em vá ri os even tos co me mo ra ti vos, como o da fes ta do Cen te ná ri o da Ins tru ção Pú bli ca. Os cha ma dos “sol da dos de Ba den Po well” re ali za ram nes ta fes ta uma gran de ap re sen ta ção, com os jo r nais no ti ci an do a pre sen ça de 1.200 cri an ças.²⁰

Já bas tan te re co nhe ci das na ci da de, as ati vi da des es co tei ras pa re ci am te ro ap re ç o da po pu la ção, o que foi ain da mais ra ti fi ca do na or ga ni za ção dos Nata is das cri an ças pobres. Se gun do os jo r nais, este ges to era o cum pri men to do ter ce i ro ar ti go da Lei es co tei ra, a a ju da ao pró xi mo, nes te caso um pró xi mo es pe ci al – a cri an ça: “na da mais pro fun da men te do lo ro so do que sen ti ra mão in ju sta do des ti no na par til ha de fe li ci da de na in fân cia”.²¹

Para co me mo rar o “feliz Na tal da cri an ça po bre de Belo Ho ri zon te”, eram pu bli ca das no jo r nal vá ri as lis tas de do na ti vos, di nhei ro e no mes de pes so as par ti ci pa n tes e co la bo ra do ras, sen do que, de ano para ano, as lis tas eram mais ex tensas, ob ser van do-se tam bé m es tru tu ras or ga ni za ti vas mais com plexas. No ano de 1933, o *Minas Gerais* re gi strava a ex pec ta ti va das cri an ças, a sor ri r pelo me nos na que le dia, es pe ran do os pre sen tes.

Cada pes soa que ap re sen ta va um car tão for ne ci do dias atrás, re ce bia um em bru lho onde ha vi a pre ndas ú teis para a fa mí lia e um brin que do para cada cri an ça da mes ma fa mí lia, além de ba las pos tas den tro de ar tí sti cos sa qui nhos. Este em bru lho era fe i to num gran de len ço de chi ta.²²

Em 1936, a fes ta en vol veu, além dos es co tei ros, a As so ci a ção dos Co mer ci á ri os, o *Calisthenio Club* e as colô nias ita li ana e sí ri a. Para ar re ca dar di nhei ro e do na ti vos, foi

20. *Minas Gerais*, 16/10/1927.

21. *Minas Gerais*, 20/12/1933.

22. *Minas Gerais*, 27/12/1933.

realiza da uma grande quermesse no teatromunicipal, com barraquinhas e vários chás promovidos por diferentes entidades. Unindo o útil e o agradável, a população se divertia e ajudava os pobres.

Por tudo isso, a quermesse do Natal da Criança Pobre vai constituir-se um centro de grande interesse social e recreativo onde a nossa sociedade viverá horas de pura alegria e terá oportunidade de contribuir, indiretamente, para o humanitário movimento, em prol das crianças pobres de Belo Horizonte.²³

Os discursos relativos à comemoração da criança pobre, “desamparada da sorte”, estiveram fortemente marcados por um “nós e eles”, desencadeadores das ações de fraternidade entre diferentes segmentos da sociedade. Segundo Geremek (s.d., p.288), o conjunto de sentimentos e ações relativos à pobreza permitiu percebê-la “como um universo à parte, dando conta de que os pobres vivem um destino singular, diferentes dos demais”.

Apesar de sabermos da longa permanência da imagem negativa em relação à pobreza, a criança pobre, em época de Natal, tinha em sua existência um aspecto positivo, pois possibilitaria aos outros expor os seus sentimentos de compaixão. Ainda segundo Geremek (s.d., p.290), “a atividade filantrópica, traduzindo o desejo humanitário de socorrer ou trem, permite que o benfeitor mostre a sua riqueza e afirme publicamente o seu prestígio social”.

Chamou-nos a atenção a relação de doativos e, nela, a possibilidade de se pensar a própria representação, por parte das pessoas de posses, do significado de carência material ou, ainda, do que os pobres deveriam ser merecedores. Ocorreu-nos a possibilidade de se problematizar se as arrecadações feitas na cidade para o “Natal das crianças pobres” eram doações de vulto ou estavam mais para esmolas. Como exemplo, na lista de doativos de 1932, em termos de quantias em dinheiro, a maior era

de 20\$000, doada pela empresa “The Rio de Janeiro Flour Mills and Granaries Limited”, havendo um grande número de doações que ficavam na faixa de 1\$000 a 5\$000, tanto de empresas como de particulares. No jornal de 23/12/1933, pudemos averiguar alguns preços de alimentos no Mercado Municipal. Por exemplo: canjica, quilo, \$500; galinha, dúzia, de 30\$000 a 35\$000; goiabada, quilo, de 1\$800 a 2\$000; lingüiça, quilo, de 3\$000 a 3\$500; feijão mulatinho, saca, de 23\$000 a 26\$000 etc. Embora não seja o lugar para aprofundarmos a questão do consumo alimentar da população, mesmo sabendo que o salário de uma professora, por exemplo, era de 83\$333 mensais, pareceram-nos quantias muito baixas de doação.

Em relação aos doativos em espécie, dado o porte das lojas e firmas, também impressionaram-nos os tipos e as quantidades arrecadadas, por exemplo; Restaurante Garibaldi – 1 lata de doce e 1 de sardeinha; Farmácia Orsini – 1 saibão; Arma Zém Gote – 1 lata de pessega-da; Costa Chaves e Cia – 1 bola; Farmácia Neves Brito – 1 sabonete; Café Avenida – 2 queijos; Casa Modelo – 1 chapéu de palha; Casa Libaneza – 1 brinquedo etc.²⁴

Estes tipos de doações contrastavam muito com as premiações dos concursos de robustez infantil, como analisaremos adiante. Por exemplo, em julho de 1937, o jornal *Estado de Minas* do dia 24 registra prêmios como “medalhas de ouro, copos de prata, bilhete de 200 contos, corte de casa mirra, riquíssimo terno drapeado de seda, finíssimo par de sapatos, riquíssimo vestido, chá para crianças participantes do evento, produtos Nestlé, frequência à piscina do Clube América por um ano”, além de várias lojas oferecerem brinquedos.

Nossa impressão de que as doações para crianças pobres estavam mais para esmolas, e

23. Minas Gerais, 22/12/1936.

24. Minas Gerais, 24/12/1932.

era dessa forma que deveriam se configurar, por vezes se confundia.

Para finalizar, chamou-nos ainda atenção o do nativo de um menino, provavelmente rico, e exemplarmente noticiado no *Minas Gerais* de 4 de dezembro de 1934. Celso Vidal Gomes, lobinho da Associação de Escoteiros Fernão Dias, registra:

Exma. Sra.,

Sen do hoje dia de meus anos, pa pai deu-me um pre sen te de 50\$000 para eu com prar brin que - dos. Entrego essa importância à senhora para ser apli ca da no Na tal dos me ni nos pobres.

A co me mo ra ção do dia da cri an ça po bre reve la va, nas di fe ren tes açõ es, os lu ga res di ver si fi ca dos dos su je i to s da so ci e da de. Des sa for ma, o mo men to do Na tal, na ce le bra ção da po bre za, re a firm a va os des ti nos e as iden ti da des di fe ren ci a das das cri an ças, num con tex to a pa ren te men te na tu ral da hi e ra r quia so cial.

A in fân cia des pro te gi da vai ter, as sim, gra ças ao mo vi men to em bo a ho ra ini cia do pe los es co te i ros e apo i a do pela nos sa po pu la ção, um Na tal em que, re ce ben do rou pas, man ti men tos e brin que dos, es que cerá, por mo men tos, a ad ver si da de da sor te e ter a ilu são de que a vi da é bo a pa ra to dos.²⁵

Festa do corpo - espetáculo da raça

Uma ou tra ação vol ta da pa ra co me mo rar a in fân cia nas pri me i ras dé ca das do pe rí o do re pu bli ca no, em Be lo Ho ri zon te, foi a pro mo ção dos con cursos de ro bus tez e be le za, even to que já oc or ria em ou tros pon tos do Bra sil des de o in í cio do sé cu lo. Pa ra ana li sar esta co me mo ra ção na ca pi tal mi ne i ra, to ma re mos co mo fo co a in sti tu i ção da “Se ma na da Cri an ça Be lo ho ri zon ti na”, ofi ci a li za da pe lo pre fei to Otacílio Ne grão de Li ma, a tra vés do de cre to 34, de 22 de ju lho de 1935. Es se de cre to es ta be le ceu a da ta

do úl ti mo do mi ngo de ju lho pa ra a re a li za ção dos fes te jos, em bo ra isso não sub sti tuís se o dia na ci o nal da cri an ça, em 12 de ou tu bro. É in te res san te ob ser var que a co me mo ra ção da cri an ça be lo ri zon ti na se fez em to rno dos con cursos de ro bus tez in fan til. Des sa ma ne i ra, es ses ti ve ram in í cio em 1935 e fo ram pro gres si va men te gan han do ma ior for ça e a de são da po pu la ção, ca rac te ri za do - se ca da vez ma is co mo um even to da ci da de. O con curso en vol via os ma is di ver sos se gmen tos so ciais e to ma va uma di men são es pe ta cu lar, di ri gi do à po pu la ção co mo um to do, fes te jan do, ma is que a cri an ça, a ra ça.

Com pre en der a ló gi ca da re a li za ção de tais con cursos só é pos sí vel no in te ri or de uma re de de prá ti cas dis cur si vas que lhe con fe ri am sig ni fi ca ção. No sen ti do que prop õe Le Goff (1990, p.26), tra ta - se de bus car apre en der a co me mo ra ção da cri an ça ro bus ta co mo prá ti ca so cial, cu jo sig ni fi ca do e re levân cia de vem ser bus ca dos numa re de ma ior de re la ções e de po der.

Es te even to dá - se no bo jo da di vul ga ção do ide á rio eu ge ni sta, for te men te pre sen te no pen sa men to cien ti fi ca ta ca rac te rís ti co do pe rí o do. A pro mo ção da in fân cia sa dia con sti tu ía es tra té gi a pri vi le gi a da de di vul ga ção da eu ge nia pois, ao fes te jar a in fân cia be la e ro bus ta, cri a va - se con di ções de di se mi na ção e ir ra di a ção do ide al de a pri mo ra men to ra cial.

Por ou tro la do, tal even to tem co mo ce ná rio a ci da de, não a ci da de pro vin ci a na, mas a me tró po le mo der na, a exi gir e exi bir no vos su je i to s e cor pos, iden ti fi ca dos co mo um có di go de be le za e vi gor, a se rem con tem pla dos e fes te ja dos em even tos pú bli cos de gran de par ti ci pa ção po pu lar, num ri tu al de con gra ça men to da ra ça.

A am pla di vul ga ção e a a gre ssi va ex pa são do mo vi men to eu ge ni sta nos úl ti mos anos da dé ca da de 20 – e ca rac te rís ti ca men te ao lon go da dé ca da de 30 –, fa zem co mo que o

²⁵ *Minas Gerais*, 23/12/1932.

discurso de culto à pátria e de desenvolvimento do civismo fosse ampliado, tendo como eixo a raça, nas comemorações do Dia da Criança, sendo esta definida como “unidade biológica da raça”.²⁶ Em 1929, o Dia da Criança é proclamado como “data do lar e da escola, promovido por aqueles que se preocupam com o futuro da raça”.²⁷ Cada vez mais nos discursos de exaltação à infância comemora-se sua inscrição e identidade racial.

Se inicialmente as festividades voltavam-se para o desenvolvimento do sentimento de identidade nacional na criança e na família, fortalecendo-se os vínculos com a pátria, progressivamente a este discurso acresce-se o desenvolvimento do compromisso com a raça. Não que anteriormente a dimensão racial fosse ignorada. Mas no cenário do minado pelo ideal eugênico, o aprimoramento racial torna-se matriz discursiva privilegiada, capaz de ao mesmo tempo explicar o estado de atraso da nação brasileira, caracteristicamente miscigenada, como também propor soluções para sua superação, através do desenvolvimento de uma política racial eugenista.

Ao instituírem-se em Belo Horizonte os concursos de robustez e beleza infantil, festejava-se a raça, de maneira espetacular, irradiando o ideal eugênico para a população como um todo. Dirigia-se tanto à criança e à família, quanto à cidade, através da realização de um evento que tomava o caráter de participação popular e espetáculo de massa.

Assim, a progressiva valorização da infância entre a infância e idade adulta e a institucionalização de espaços e práticas dirigidas aos cuidados e promoção da infância não constituem um movimento retilíneo, contínuo e ascendente ao longo deste século no Brasil. A infância será cada vez mais “comemorada”, embora esta seja ressignificada num contexto ideológico que se organiza em novas bases, levando à produção de práticas discursivas e estratégias de intervenção social que irão se diferenciando.

Para melhor apreender o significado da realização dos concursos de robustez realizados em Belo Horizonte na segunda metade da década de 30, é fundamental analisá-los no bojo da disseminação do ideal eugênico, então dominante no pensamento científico e nas práticas educativas associadas. E também, do fenômeno cultural da urbanização e dos valores e práticas relacionados à cidade metropolitana.

A eugenia será apresentada como

a ciência da proleção e da seleção das espécies humanas. No seu ponto de vista prático constitui uma verdade irrefragável que se propõe a cultivar os bons espécimes segundo as regras da hereditariedade. Eugenisismo é a aplicação prática, social e individual das medidas que concorrem para o melhoramento humano. Eugenisismo é a educação, o saneamento, a higiene, o esporte, a legislação, é tudo que beneficiando o homem reverte direta ou indiretamente em benefício de sua prole. (Khel, 1937, p.46)

O movimento eugenista que se articula no Brasil a partir da década de 20, com a criação, em 1919, da “Sociedade Eugênica”, possuía duas dimensões, no dizer de seus defensores. De um lado, a ciência eugênica, fundada numa biologia incipiente, indiretamente inspirada em Darwin. As raças humanas estariam submetidas ao processo de seleção natural e as mais fortes revelariam seu grau de desenvolvimento através do nível de evolução tecnológica e cultural. A segunda estabelecia que a condição para o progresso da nação era o aprimoramento racial de sua população através do eugenismo. Este é tomado como formulação de uma política que irá buscar instituir práticas de purificação racial, redentoras da nação.

26. Boletim da Sociedade Pestalozzi de Belo Horizonte, Secretaria de Interior e Saúde Pública, 1934.

27. *Diário da Tarde*, 1929.

A criança será de finida, no discurso eugênico, como corpo biológico, exemplar da espécie. Tal como o adulto, a criança é remediada a uma unidade maior – a raça, que lhe dá significação e à qual deve servir. No I Congresso Eugênico, realizado em 1929, um dos discursos proclama: “cada um deve considerar-se ocupante de um posto no seio da coletividade, ao qual cumpre honrar”. Tal coletividade é não mais a pátria, mas a raça. A infância é também chamada a ocupar seu papel numa sociedade eugênica. Ela deve espelhar, em seu corpo belo e robusto, uma raça saudável, aprimorada pela prática constante de exercícios físicos.

O corpo infantil deixa de pertencer à criança e passa a ser patrimônio da espécie. Se tal corpo é identificado como exemplar, modelo de aprimoramento racial, deve em tão ser exibido e premiado. Se, ao contrário, traduz em sua conduta desajustada as imperfeições de sua ascendência, deve ser então submetido às instituições corretivas. O concurso de robustez e beleza toma significado, neste referencial, como exibição de um tipo ideal da raça. Seu contraponto é a institucionalização de espaços de encaminhamento e readaptação dos incapazes e desajustados de toda ordem (Veiga e Faria Filho, 1999).

Observa-se uma diferenciação do modelo anterior de cuidado e proteção à infância (fundado no discurso higienista, predominante na última metade do século XIX e primeiras décadas do século no Brasil) e o modelo eugênico, que se impõe caracteristicamente a partir dos anos 20. No dizer de Kehl, a “higiene procura melhorar o meio, o indivíduo, a eugenia procura melhorar a espécie, a raça, descendência”.²⁸

A criança, no discurso higienista, era alvo de práticas de cuidados e proteção, em que a puericultura constituía o *locus* de produção e circulação de saberes e práticas de promoção da saúde infantil. Nesta perspectiva, tratava-se de incutir no corpo social, e preponderantemente nas famílias de baixa renda, práticas identificadas com o discurso higienista. Se o

corpo é o espaço onde tais práticas são inscritas, visa-se à formação de um indivíduo moral e fisicamente identificado com um modelo civilizado, caracterizado pela limpeza e asseio.

O corpo ocupa centralidade no discurso eugênico e é ressignificado. Ele é espelho da raça, a ser aprimorado através de uma disciplina militarizada. Deve trazer saúde, vigor, potência e ser cientificamente talhado, modelado através da prática constante de exercícios físicos. No dizer de Sevcenko (1998, p.525): “nesse complexo sistema articulado pelas noções básicas de limpeza, saúde e beleza, o símbolo central era sem dúvida a imagem do corpo humano, utilizado intensamente pela propaganda comercial ou pela oficial”.

Nesse quadro, a infância toma uma inscrição própria no movimento eugenista, sujeita a um discurso disciplinador de corpos e mentes. Para Kehl:

indispensável ensinar as crianças a ter atitude, a saber andar, a estar de pé, a sentar-se, não perdendo nenhuma ocasião de chamar atenção para que endireitem o corpo, para que levanten a cabeça, para que se esforcem em manter-linha em todos os atos práticos dos em família e em público. Desta simples aprendizagem de correções os benefícios de ordem física, psíquica, moral e social. Pela atitude ajuiza-se a enfiatura do indivíduo. Aquele que se mantém ereto, sobranceiro, alinhado, que olha para a frente e pisa firme impõe-se com proeminência sobre o indivíduo frouxo, mole, desleixado, encostado e descuidado de maneiras, que se denunciam como fraco, indolente e mal educado. Devemos assinalar que em muitas crianças isso decorre de fraqueza congênita ou de sub-alimentação; na maioria, entretanto, resulta de simples falta de educação para se manterem em atitude correta, distinta e disciplinada. (1939, p.19)

28. 1 Congresso Brasileiro de Eugenia, 1929.

O eugenismo, entendido como conjunto de práticas fundadas numa abordagem médica, procura atingir as mais variadas dimensões da vida social. Por um lado, o chamado eugenismo negativo volta-se para a institucionalização de procedimentos de controle e eliminação dos ditos anormais, via uma política de controle da natalidade e esterilização em massa dos socialmente inadaptados, os desajustados de toda ordem. Tais ações voltam-se para as populações de baixa renda, ou de outras raças, que deveriam estar sob constante vigilância e controle do Estado.

Por outro, o assim chamado eugenismo positivo tinha como propósito o desenvolvimento, através de ações educativas tendidas ao grosso da população, de um ideal eugênico que ordenasse a vida social, legislando até mesmo nos mínimos da vida privada.

Tal dimensão do movimento eugenista terá na educação um dos seus pilares básicos. Além de ser incluído no ensino escolar, multiplicam-se palestras, cursos, encontros voltados para sua difusão. É nesse quadro que os cursos de robustez e beleza são instituídos na capital mineira, ressignificando os movimentos de afirmação de cuídas da criança, agora espécie e futuro da raça.

O movimento eugenista mostra-se extremamente eficiente na utilização de novas estratégias de educação da população, lançando mão de meios de difusão como o rádio e a realização de espetáculos de massa. Malgrado a insipiência científica de suas formulações, consegue disseminar a discussão racial nas mais variadas dimensões e espaços da vida social. No dizer de Kehl,

o combate à desordem coletiva deve partir de medidas que visem a saúde física, psíquica e mental dos indivíduos. Assim pretendem – pela formação da consciência eugênica popular, com o auxílio da escola, da imprensa e do rádio – os cultores da eugenia e da higiene mental. Pela difusão cultural em seus vários aspectos, pelas leis

eugênicas, no sentido de restringir a proliferação de inferiores. Só assim se pode esperar a cura paulatina do mal estar universal.

A educação eugênica estabelecia entre seus princípios:

a educação há de ser na escola e fora da escola. No lar do doméstico e na vida pública. Há de esclarecer, orientar, punir, premiar, remunerar. Há de ser para a criança, para a mãe, para o adulto. Curar os doentes, nutrir os debéis, corrigir os viciados, fortalecer os bons. (Carneiro, 1929, p.115)

Os concursos, não apenas de robustez e beleza infantil, mas também os concursos de beleza feminina e de desempenho físico masculino que se instituem neste período, assumem sua significação nesse contexto ideológico.²⁹ Busca-se enaltecer o tipo ideal da raça, educando, na vida pública, não apenas as crianças e mulheres, mas a população como um todo, através de estratégias de premiação e remuneração, distinguindo e enaltecendo os mais afina dos com o ideal da raça.

É importante fazer notar que, ao distinguir os mais belos e robustos, essa exaltação busca envolver a participação de toda a população. To dos indistintamente se irmanam em torno do culto à raça, independente de sua própria conformação biológica. É a identificação com o modelo que se busca desenvolver, estendendo-o a toda população.

Nas notícias sobre o primeiro concurso realizado na capital mineira em 1935, fica clara a preocupação com o envolvimento da população e o caráter educativo do evento:

A cidade está em festa para comemorar o dia da criança. A beleza e a graça, a força, a saúde

29. A este respeito, ver Sevcenko (1992) que analisa a importância e o significado da realização deste tipo de concurso neste período histórico.

erobustez física de nossos peques nos serão passada em revista, num concurso interessante e de elevado alcance patriótico. A população que em grande e franco entusiasmo vai apreciar e aplaudir os testes físicos de maior valia em cada concorrente há de concentrar-se para meditar na significação dessa exibição de força eugenica promissora e auspiciosa e alvissareira para o futuro da raça. E assim concentrada e enquanto meditar, há de ter presente na consciência o sentimento dos deveres para com a infância.³⁰

A adesão popular é constantemente referida nas notícias da imprensa. Com isso, o evento passa a exigir um espaço apropriado a um espetáculo de massa. Em 1935, o Concurso é realizado em praça pública. As notícias da imprensa demonstram o espanto e entusiasmo ante o fluxo da população, que com tanta força aderiu ao evento. O espaço de realização desloca-se para o estádio de futebol, *locus* ideal de realização de eventos de massa, onde todos os participantes podem envolver-se no espetáculo, ver os candidatos, admirar seus atributos físicos raciais. A praça, espaço de circulação e distração, não se presta a um evento em que todos devem ter seus olhos e mentes voltados para apreciação dos corpos infantis, dos mais belos exemplos da raça ali presentes. Por outro lado, a concentração popular possibilita a condensação e a potencialização da emoção em torno da exibição de exemplos da infância bela e robusta: “Era a infância bonita e forte que desfilava causando o deslumbramento de milhares de pessoas”.³¹

O certo me comemorava a infância belorizontina. Era a criança dos novos tempos, numa cidade que se construiu como símbolo da modernidade e da nova ordem. Era uma festa da cidade, que buscava educar a família, centralmente difundindo o ideal eugênico. Nas notícias referentes à sua realização assim se comenta: “A exemplo do que se faz nas grandes cidades, procura-se por esse meio desenvolver o interesse dos pais pelo horizontino pelos cuidados e pelo melhor conhecimento da eugê-

nia, preparando assim para o futuro, uma geração forte, bela e capaz”.³²

Sabemos que esses tipos de concurso eram direcionados para outros gêneros e idades, como no caso dos concursos de beleza feminina que também nos possibilitam entender a presença do ideal eugênico. Roquete Pinto, ao analisar a realização dos concursos de beleza feminina, destaca seu significado como estratégia de desenvolvimento desta concepção. Segundo este autor:

o concurso de miss toma o aspecto de uma prova eugênica. Não tem mais lugar para futilidades e fações. E as distintas senhores que estão no Rio se prestam aos tormentos da curiosidade alheia dão à sua terra uma grande prova de maior, recorram à sua gente que é hora de pensar na raça. (Roquete-Pinto, 1934, p.28)

Embora refira-se a um concurso de beleza feminina, o texto é elucidativo do significado de celebração de um ideal eugênico na constituição de uma política de aprimoramento racial. Para Roquete Pinto, tais concursos deveriam selecionar não os exemplos mais típicos da raça (os tipos mais frequentes), mas que fosse uma mulher que representasse em sua conformação física o ideal desejado. Em seus termos “não deverá ser a brasileira em tipo, mas será um tipo brasileiro branco – dentre os que já se podem apontar com certa precisão” (Roquete-Pinto, 1934, p.28).

A escolha de tais exemplos deveria ser submetida a critérios técnico-científicos, fundados na antropometria, que irão produzir e irradiar um modelo estético. Modelo este que relacionava a harmonia da proporção entre as diversas partes do corpo, a força muscular, a potência e vigor racial. Roquete Pinto de fen-

30. Oscar Guimarães in *Minas Gerais*, 28/07/1935.

31. *Minas Gerais*, 28/07/1935.

32. *Minas Gerais*, 16/07/1937.

dia que a avaliação das candidatas deveria romper com critérios “puramente sensoriais”, para transformar-se na realização de uma prova antropológica capaz de avaliar se “o indivíduo examinado tem as proporções normais da sua idade, do seu sexo, de sua raça e de ter minar-se, estando bem colocado no seu tipo antropológico, é o melhor representante desse tipo entre todos os seus concorrentes” (Roquete-Pinto, 1934, p.30).

No caso do concurso de robustez e beleza infantil, era também o ideal da raça celebrodo. Fez-se presente, desde a primeira vez da realização do concurso infantil em Belo Horizonte, a preocupação em fundar a avaliação em critérios técnicos a cargo de especialistas capazes de analisar os candidatos de acordo com referenciais antropológicos. Assim é que a Comissão de Avaliação era composta de uma parte social e outra técnica, o corpo médico. A parte social buscava conferir representatividade ao certame. Era composta por educadores, esposas das autoridades públicas, representantes das classes laborais e patronais. Ou seja, buscava-se demonstrar o caráter de identificação da população com o certame, independentemente de seu pertencimento social.

Já a parte médica encarregava-se da avaliação antropológica. Progressivamente, ao longo dos anos em que o concurso foi realizado, os critérios técnicos vão ganhando maior centralidade. Em 1940, a Secretaria de Saúde e Educação Pública autoriza a utilização da Escola de Aperfeiçoamento para exames médicos das crianças, prévios à realização do certame próprio a menção dito. Diferenciavam-se também os critérios, sendo premiados os classificados em robustez e beleza, distintamente.³³

O certame adquire cada vez mais um caráter oficial. Se, nos três primeiros anos, era iniciativa de um dos principais jornais da capital, juntamente com a *Publicidade de Lux*, passa a ser promovido, em 1940, pela Sociedade Pestalozzi, ligada à Secretaria de Saúde e Educação, pelo Lactário Mário Campos e *Publicidade de Lux*.

Desde o primeiro concurso, no entanto, as autoridades públicas imprimem um caráter oficial ao evento, fazendo-se presentes e instituindo a data como feriado municipal. Assim é expressa a institucionalização do Dia da Criança de Belo Horizonte em 1935: “o prefeito julgou cumprir um das imposições do seu cargo que consistem em estimular o aperfeiçoamento da raça”.³⁴ Ou seja, comemora-se não a criança, mas a infância eugênica, mesmo porque, como dissemos, permanece a comemoração do dia 12 de outubro, como parte do calendário nacional.

Progressivamente, pela análise das notícias veiculadas na imprensa, a criança foi ocupando cada vez mais a cena. Proclama da como unidade biológica da raça, embora fosse uma comemoração da Semana da Criança de Belo Horizonte, o evento inicialmente muito pouco contemplava o público infantil. Assim é que o ritual estendia-se das 8 às 14 horas, período durante o qual as crianças deveriam desfilar perante o júri, serem avaliadas pelo corpo técnico, sem que houvesse uma atenção maior às especificidades das ditas “necessidades infantis”. Nas notícias de jornal, assegura-se a “oferta de água filtrada e assistência médica às crianças participantes”.³⁵ Premia-se assim o nascer com “um rádio e conjunto de cadeiras e mesa laqueada”. Observe-se que os prêmios distribuídos dirigiam-se aos pais, selecionados pela excelência de sua linhagem e capacidade de desenvolver uma educação fundada em preceitos eugênicos, de maneira a produzir uma criança robusta e bela. Premia-se também a ascensão, pela adesão a práticas de cuidado e proteção à infância.

Ao longo dos anos, a criança foi adquirindo maior centralidade no Concurso. Em 1937 foram distribuídas “2 medalhas de ouro, duas apóslices, bilhete de 200 contos, corte de

33. *Minas Gerais*, 13/03/1940.

34. *Minas Gerais*, 28/07/1935.

35. *Minas Gerais*, 27/07/1935.

casemira, riquíssimo terno de drapeado de seda, finíssimo par de sapato, riquíssimos vestido”.³⁶ Já em 1940, foram ofertados para os selecionados: “1 roupinha de fina confecção, 1 medalhão e 1 quadro Anjo da Guarda, 1 lâmpada de cabeceira, 1 bracelete de ouro com chapinha, 1 lindo estojo escolar, 1 estojo de talherde prata, 1 mobiliazinha para brinquedo, 1 lindo porta jóias, 1 retrato a pastel, 2 livros para crianças, 1 máquina fotográfica”.³⁷ De mobília laqueada a mobiliazinha de brinquedo, de finíssimo corte de casemira a roupinha, a utilização de diminutivos demonstra que a criança iria ocupar lugar neste cenário, inscrevendo suas marcas, o que pode ser também observado nas atividades do evento. Assim é que, em 1935, as crianças inscritas poderiam assistir a uma matinê gratuita do Gordo e o Magro, ao mesmo tempo que se proclamava a exibição do Conjunto Infernal Jazz³⁸, durante a parada de Robustez Infantil. Já em 1940,

antes de pois da solenidade foram distribuídos às senhorinhas presentes às crianças caramelos e amoras de produtos Neslé e masas Ai-moré. Antes da proclamação do resultado do concurso foi facultado às crianças inscritas a entrada no Parque de Diversões da Feira de Amos tra, onde as mesmas tiveram liberdade de se utilizar dos aparelhos e divertimentos infantis ali instalados.³⁹

Ou seja, buscava-se envolver também a criança no espetáculo, não apenas como exemplar da raça, a ser exposto ao público, mas como espectadora e participante do evento, com necessidade e interesses diferenciados do adulto.

É importante analisar que, se a realização de tais cursos na cidade era amalgamada ao movimento eugenista, à medida em que este perde força ao longo dos anos, o certamente se destaca e diferencia. Sua longevidade demonstra que é ressignificado ao longo das próximas décadas. Mas terão se alterado os critérios estéticos de sua concepção?

Ou seja, cabe analisar a permanência de alguns traços culturais na longevidade de tais concursos de celebração de uma estética racial e os deslocamentos que estes assumem no diálogo com as práticas culturais mais amplas. Se o discurso claramente eugenista foi perdendo forças, o ideal racial deixa ainda suas marcas na cena social brasileira, informando no vaspráticas de celebração e de introjeção de uma estética corporal claramente europeizada, desqualificadora da identidade racial brasileira.

Conclusão

A análise dos múltiplos festejos, ordenados em torno da comemoração da infância, demonstra que esta categoria, tomada no singular, bem pouco revelava a diversidade dos lugares sociais das crianças da cidade, lugares que definiam olhares e práticas sociais diferenciados, endereçados a estes sujeitos nas primeiras décadas da República.

Não é a infância que ocupa a cena, mas as crianças pobres, desvalidas, enjeitadas, robustas, belas, educadas, estudiosas. As diferentes adjetivações às quais as crianças eram associadas, nos vários eventos que as celebravam, são reveladoras de um movimento de estabelecimento de práticas sociais distintas dirigidas às crianças brasileiras, definidas pelo seu pertencimento social, étnico e de gênero.

Assim, falar da valorização da infância, indicada pela institucionalização de práticas de comemoração da sua especificidade, como o dia da criança, muito pouco nos revela do significado histórico de tais práticas, da lógica que informava a realização de tais festejos. Para isso, é fundamental perscrutar a singularidade de tais comemorações, através do estu-

36. *Minas Gerais*, 23/07/1937.

37. *Minas Gerais*, 12/03/1940.

38. *Minas Gerais*, 27/07/1935.

39. *Minas Gerais*, 07/05/1940.

do das práticas discursivas que as informavam e do seu valor que lhes conferiam materialidade.

Comemorar a infância ao longo deste período histórico significou articulá-la com um projeto de consolidação da nação republicana e de formação de um cidadão identificado com o ideário de uma pátria unida, embora marcada por profundas clivagens sócio-raciais.

A definição e introjeção dos diferentes lugares sociais pela criança, através da institucionalização de práticas diferenciadas de comemoração da infância brasileira, constituíam estratégia privilegiada de formação deste futuro cidadão, capaz de servir à pátria na especificidade de seu lugar social, mas irmanado num ideal comum.

Comemorar a infância era pois projetar o futuro. No projeto de nação que então se desenvolvia, buscou-se instituir o sentimento de identidade nacional afirmado na glorificação de um ideal. Todos, indistintamente, independentemente de sua conformação racial ou social, deveriam partilhar de um modelo de infância que se celebrava, premiava e remunerava.

Aqueles que tinham sua identidade definida a partir da identificação com tal modelo era dada a tarefa de construir o futuro da nação, espelhando em seu corpo e suas ações a responsabilidade de seu lugar social, o papel na construção de tal futuro. Ao mesmo tempo, aqueles, que por sua conformação racial e inserção social eram impossibilitados da realização de tal ideal, tinham reconhecida pelo Estado e pela população sua especificidade, a ser contemplada através de práticas filantrópicas, auxílio e consolo.

Cabe, por fim, analisar o significado de tais eventos. Isso implica refletir sobre até que ponto a consolidação de práticas de comemora-

ção da infância nas camadas dominantes e práticas de proteção à criança do setor excluídos significaram uma real valorização da criança ou a infantilização desta.

Renato Janine Ribeiro (1997, p.110) observa que o maior cuidado a se ter nas democracias está relacionado com as infantilizações. Assim é que a instituição da criança no Brasil pode ser tomada como reconhecimento da especificidade do lugar social da infância e de sua importância na construção de um projeto de nação. Tal reconhecimento não significa necessariamente valorização da criança, de sua alteridade e distinção em relação ao adulto. Ao contrário, a análise das comemorações em torno da criança, no período aqui estudado, indicou que se buscava garantir e celebrar sua adesão ao projeto do adulto, sendo a menoriada de da condição infantil festejada.

Debruçando-se sobre o passado para nele buscar as fontes simbólicas capazes de construir uma intelligibilidade para o presente, as festas comemorativas da nacionalidade configuram-se como acontecimentos particularmente significativos para a reflexão histórica (Veloso, 2000, p.129).

Se alguns traços de realização destes eventos têm seu sentido definido pelo contexto histórico, muitos outros permanecem, assumindo hoje feição diferenciada, mas revelando a permanência de um ideário. Ou seja, se hoje a palavra caridade nos soa anacrônica, se falar em purificação e aprimoramento racial é algo ex temporâneo e escandaloso, continuamos projetando e celebrando um ideal racial europeizado, excluindo grande parte das crianças brasileiras da plena realização da cidadania.

Fontes

MINAS GERAIS. Leis e Decretos. Regulamento de assistência e proteção a menores abandonados e delinquentes. *Coleção de Leis e Decretos*, Belo Horizonte, v. 1, 1928.

BELO HORIZONTE. Prefeitura. *Relatório apresentado ao S. Ex. Sr. Governador Benedito Valadares Ribeiro pelo pr. efeito Otacílio Negrão de Lima relativo ao período administrativo de 1935-1936*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1937.

JORNAL DIÁRIO DE MINAS, Belo Horizonte, 14 out. 1927.

JORNAL DIÁRIO DE MINAS, Belo Horizonte, 30 jul. 1937.

_____. 24 jul. 1937.

JORNAL IMPRENSA DE MINAS, Belo Horizonte, 2 dez. 1914.

JORNAL MINAS GERAIS, Belo Horizonte, 9, 12 e 13 out. 1925.

_____. 12 e 16 out. 1927.

_____. 13 out. 1928.

_____. 12 out. 1929.

_____. 24 dez. 1931.

_____. 21 e 23 dez. 1932.

_____. 20, 23, 26 e 27 dez. 1933.

_____. 4 dez. 1934.

_____. 2 abr. 1935.

_____. 27 e 28 jul. 1935.

_____. 6, 11, 13, 26, 27 e 28 ago. 1935.

_____. 11 out. 1935.

_____. 28 jul. 1936.

_____. 22 dez. 1936.

_____. 08 e 14 out. 1938.

_____. 1 mar. 1940.

_____. 12 mar. 1940.

_____. 27 e 29 mar. 1940.

_____. 3, 5, 10, 13 e 23 abr. 1940.

_____. 5, 07 maio 1940.

REVISTA DO ENSINO, Belo Horizonte, v.3, n.23, out. 1927.

CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA, 1. Rio de Janeiro, 1929. *Atas e debates*. Rio de Janeiro, s.n. 1929.

Referências bibliográficas

ATAS do II Encontro Luso-Brasileiro de História. Pobreza, marginalidade, marginalização social. *Revista de Ciências Históricas*, Porto, 1996.

BITTENCOURT, Circe Maria F. *Pátria, civilização e trabalho*. São Paulo: Loyola, 1990.

BOSCHI, Caio C. As misericórdias e a assistência à pobreza nas Minas Gerais setecentistas. *Revista de Ciências Históricas*, Porto, 1996.

BRANCO, Luiza P. C. *O Brasil das crianças*. São Paulo: 1927.

BRESCIANI, Maria Stela M. *London e Paris no século XIX, o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

CARDOSO, Licínio. *O ensi no que nos con vêm*. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1926.

CARNEIRO, Levi. Educação e eugenia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA, 1., Rio de Janeiro, 1929. *Atas e debates*. Rio de Janeiro: s.n. 1929.

CORRÊA, Mariza. A revolução dos normalistas. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.66, 1988.

GEREMEK, Bronislaw. *Apie da de e a for ca*: história da miséria e da caridade na Europa. Lisboa: Terra mar, s.d.

JONES, G. Stedman. *Outcast London*: a study in the relationship between classes in Victorian society. London: Clarendon Press Oxford, 1971.

KEHL, Renato. *Porque sou eugenia*: 20 anos de campanha eugenica. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1937.

_____. Pais, mé dicos e mes tres. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1939.

KUHLMANN JR., Moisés. *Infância e educação infantil*: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LACERDA, Paulo de. *Código Civil Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editor Jacintho Ribeiro dos Santos, 1926.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 1990.

MARTIN-FUGIER, Anne. Os ritos da vida privada burguesa. In: PERROT, Michelle (Org.). *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v.4.

MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. v.2.

NOVO Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s.d.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

OZOUF, Mona. *L'homme régenéré*: essa is sur la Révolution Française. Paris: Gallimard, 1989.

PILOTTI, Francisco. Crise e perspectivas da assistência à infância na América Latina. In: PILOTTI; RIZZINI (Orgs.). *A arte de governar crianças*: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño / Editora Universitária Santa Úrsula / Anais Livraria e Editora, 1995.

REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA, São Paulo, v.19, n.37, 1999.

RIBEIRO, Renato Janine. O poder de infantilizar. In: GHIRALDELLI, Paulo (Org.) *Infância, escola e modernidade*. São Paulo: Cortez, 1997.

ROQUETE- PINTO, E. *Ensaio de antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1934.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradia: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, N. (Org.) *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v.3.

_____. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

VEIGA, Cynthia Greive. Educação estética para o povo. In: LOPES, Eliane M. Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de e VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.) *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. *Cidadania e educação na trama da cidade: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX*. Campinas, 1994. Tese (doutorado). UNICAMP, Departamento de História.

_____. ; FARIA FILHO, Luciano M. *Infância no sócio*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

VERÍSSIMO, José. *Educação nacional*. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

Recebido em 31.08.00

Aprova do em 07.11.00

Cynthia Greive graduou-se em Psicologia e doutorou-se em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente é professora adjunta (graduação e pós-graduação) da Faculdade de Educação da mesma universidade.

MariaCristina SoaresGouvea graduou-se em História e doutorou-se em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente é professora adjunta (graduação e pós-graduação) da Faculdade de Educação da mesma universidade.